

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E GERENCIAIS
ADMINISTRAÇÃO

JÚNIA CRISTINA DOS SANTOS AMORIM DUTRA

Inclusão financeira e social: um estudo de caso em uma associação produtora de
material de limpeza de Minas Gerais

MARIANA

2016

Júnia Cristina dos Santos Amorim Dutra

INCLUSÃO FINANCEIRA E SOCIAL: UM ESTUDO DE CASO
EM UMA ASSOCIAÇÃO PRODUTORA DE MATERIAL DE LIMPEZA DE
MINAS GERAIS

Monografia apresentada ao curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Me. Israel José dos Santos Felipe

MARIANA

2016

D978i Dutra, Júnia Cristina dos Santos Amorim
Inclusão financeira e social [recurso eletrônico]
: um estudo de caso em uma associação produtora de
material de limpeza de Minas Gerais / Júnia Cristina
dos Santos Amorim Dutra.-Mariana, MG, 2018.
1 CD-ROM; (4 3/4 pol.).

TCC (graduação em Administração) - Universidade Federal
de Ouro Preto, Mariana, 2018

1. Economia - Aspectos sociológicos - Teses. 2. MEM.
3. Feminismo - Economia - Teses. 4. Monografia. 5.
Inclusão social - Brasil - Economia - Teses. 6. Emprego
(Teoria econômica) - Teses. 7. Renda - Economia -
Teses. 8. Mulheres - Condições sociais - Teses. 9.
Mulheres - Emprego - Teses. I. Felipe, Israel José
dos Santos. II. Universidade Federal de Ouro Preto
- Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento
de Ciências Administrativas. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 364.65-055.2
: 15
: 1419979

JÚNIA CRISTINA DOS SANTOS AMORIM DUTRA

Monografia apresentada junto ao Curso de Administração da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como requisito à obtenção do Título de Bacharel.

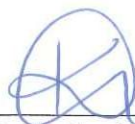
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Me. Israel José dos Santos Felipe
Orientador e Presidente da Banca



Prof. Dr. Harrison Bachion Ceribeli
Membro Avaliador



Profa. Ma. Karla Luísa Costa e Costa
Membro Avaliador

Mariana, 29 de julho de 2016.

Agradeço, primeiramente, a Deus por ser essencial em minha vida e, também, à minha mãe e ao meu esposo pela dedicação e apoio constante.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que iluminou o meu caminho, orientando-me para seguir em frente sem desanimar.

À minha mãe e ao meu esposo, por serem meu alicerce e força motivadora. Essa conquista é nossa!

À Universidade Federal de Ouro Preto, por todo aprendizado proporcionado.

Finalmente, agradeço a todos que fizeram parte dessa longa jornada!

RESUMO

Quando observadas as relações trabalhistas no âmbito da divisão sexual do trabalho, comprova-se que as mulheres ainda sofrem grande discriminação e desvalorização ao atuar em espaços produtivos. Tais situações desqualificam o trabalho e a remuneração como gênero, além de omitir a sua importância como força produtiva. Nesse contexto social, os trabalhadores e, principalmente, as comunidades consideradas carentes, têm buscado formas mais justas e igualitárias, baseadas nos princípios de cooperação e solidariedade, para garantir geração de emprego e renda, visando melhor qualidade de vida e inclusão financeira e social. Este estudo se propõe a analisar empreendimentos solidários, especificamente a Associação Mãos que Brilham, localizada no distrito de Antônio Pereira – Ouro Preto – MG, que produz material de limpeza e sabão, a partir do óleo de cozinha usado, como nova forma de organização do trabalho e inserção na sociedade. Esse trabalho tem como objetivo analisar os benefícios provenientes da inclusão financeira e social no cotidiano das associadas. Será desenvolvido um estudo de caso através de uma análise que visa o alcance dos indicadores e resultados esperados, entre eles, identificação do perfil socioeconômico, utilização de instrumentos financeiros, verificação da existência de resistência quanto à inclusão financeira e explicitação de formas conscientes de utilização de produtos financeiros mais comuns ao contexto socioeconômico das associadas.

Palavras-chave: Economia solidária. Economia feminista. Inclusão financeira. Geração de emprego e renda.

ABSTRACT

When observed labor relations within the sexual division of labor is proven that women still suffer widespread discrimination and devaluation to work in productive spaces. Such attitudes disqualify work, remuneration and gender, and omit its importance as a productive force. In this social context, workers and especially the communities considered poor, has sought more just and egalitarian forms, based on the principles of cooperation and solidarity, to ensure generation of employment and income, to better quality of life and financial and social inclusion. This study aims to analyze solidarity enterprises, specifically, the Association hands Glisten located in Antônio Pereira district - Ouro Preto - MG, which produces cleaning and soap material from used cooking oil, as a new form of work organization and integration into society. This work aims to analyze the benefits from the financial and social inclusion in the daily lives of associates. a case study will be developed through an analysis that aims to reach the expected results, including, identify the socioeconomic profile, the use of financial instruments, check for resistance as financial inclusion, explicit forms conscious use of financial products common to the socioeconomic context of the associated.

Keywords: Solidarity economy. Feminist economics. Financial inclusion. Employment and income.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Princípios para inclusão financeira	23
---	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Estado civil x escolaridade	27
TABELA 2: Quem decide orçamento familiar x escolaridade	27
TABELA 3: Quem decide orçamento familiar x quanto sabe sobre instrumentos financeiros	28
TABELA 4: Possui cartão de crédito x acredita que o cartão de crédito facilita as compras.	28
TABELA 5: Já pagou ou paga parcelas de financiamento e empréstimos x passou a se interessar em aprender lidar melhor com dinheiro	29
TABELA 6: Confia nos bancos para guardar dinheiro com segurança x acredita que pessoas idosas têm menos confiança nos bancos	29
TABELA 7: Já fez compras pela internet x considera seguro comprar pela internet	30
TABELA 8 : Gostaria de aprender utilizar o caixa eletrônico x precisa de ajuda para usar caixa eletrônico	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Contextualização de Pesquisa	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Distribuição de renda	12
2.2 Economia Solidária	15
2.3 Economia Feminista	17
2.4 Inclusão Financeira	20
3. METODOLOGIA	23
3.1 Classificação da Pesquisa	23
3.2 Método de Pesquisa	24
3.3 Coleta de Dados	24
3.4 Caracterização da Empresa	25
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização de Pesquisa

Em um contexto em que indivíduos que se encontram às margens do mercado de trabalho por serem enquadrados na classe social de baixa renda e as condições de acesso à educação e qualificação profissional são limitadas por diversas lacunas oriundas da precariedade no sistema político e social, os mesmos tornam-se marginalizados e submetidos a condições de trabalho adversas.

Entre as transformações ocorridas no mercado de trabalho, pode-se citar: a exigência de maior qualificação profissional, a busca por profissionais multifuncionais e com facilidade para se adaptar às mudanças contínuas do ambiente, o aumento no número de empresas que aderiram ao controle informatizado e reduziram o quadro de funcionários, assim como o aumento de contratos que passaram a aderir a flexibilização das jornadas de trabalho. Devido a tais transformações, os trabalhadores e a comunidade foram motivados a buscar formas mais justas e igualitárias, baseadas nos princípios de cooperação e mutualidade, para garantir geração de emprego e renda, visando melhor qualidade de vida e inclusão financeira e social.

Harvey (1992) argumenta que nas últimas décadas houve um reordenamento não só no mercado de trabalho, mas também nas relações familiares. Valores tradicionais em relação à maternidade, sexualidade e família passam a ser reformulados, alterando práticas cotidianas e mentalidades. Apesar disso, não é correto afirmar que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança significativa na vida das mesmas. Elas ainda continuam tendo responsabilidades pelas atividades reprodutivas, pelos cuidados com os membros da família e com a casa, além de serem vistas como aquelas que "ajudam no orçamento familiar", enquanto o papel de provedor cabe aos homens. (ALMEIDA, 2015).

Quando observadas as relações de trabalho acerca da divisão sexual do trabalho, comprova-se que as mulheres ainda sofrem grande discriminação e desvalorização ao atuar em espaços produtivos.

Ramos (2011) acredita que embora nitidamente os EES não forneçam as melhores condições de trabalho, o fato de possibilitar a independência financeira dos maridos já representa muitos ganhos para as mulheres. Tal independência pode ser um meio de melhorar a autoestima, a possibilidade de ter acesso a bens de consumo e melhores condições de alimentação. Na economia solidária as trabalhadoras, especialmente as mais pobres, têm tido a oportunidade de redesenharem-se como

agentes, de mostrarem um potencial propositivo na economia e de posicionarem-se contra uma série de estigmas sobre o perfil da mulher pobre que trabalha. (ALMEIDA, 2015).

A economia solidária visa interações sociais que vinculem solidariedade democracia e emancipação social, sendo o ambiente de trabalho um espaço para formação da sua identidade profissional e constituição de ação individual e coletiva.

Entre os anos 2005 e 2007, foi realizado o primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, por meio do qual foram identificados 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, em 2.934 municípios do Brasil. Em 2013, foi concluído o segundo Mapeamento, por meio do qual foram registrados entre 19 e 20 mil EES, o que evidencia que são relativamente recentes, sendo um número significativo constituído a partir do ano 2000 (SILVA; CARNEIRO, 2014).

Nesse estudo, constatou-se a existência de milhares de empreendimentos coletivos fundados na autogestão, que realizam atividades de produção, comercialização, troca, prestação de serviços, crédito ou finanças e consumo ou uso coletivo.

No segundo Mapeamento, as motivações mais comuns para constituição de empreendimentos solidários são: obter uma fonte complementar à renda da família; configurar uma alternativa ao desemprego; obter maiores ganhos com um empreendimento coletivo; estar em uma atividade em que todos são donos; e auxiliar no desenvolvimento comunitário (SILVA; CARNEIRO, 2014).

Como citado no estudo realizado por Silva; Carneiro (2014, p.72), foi identificado que estão envolvidos, ao todo, 1.423.631 pessoas associadas, sendo a maioria do sexo masculino, 803.373 (56,4% do total), contra 620.258, do sexo feminino (43,6%).

A maioria dos EES, de acordo com o segundo Mapeamento, é composta por menos de 20 sócios (as), sendo a forma predominante de organização o modelo de associação com 60% do total dos empreendimentos solidários, outros 30,5% são grupos informais e, apenas, 8,8% são formalizados como cooperativa (SILVA; CARNEIRO, 2014).

A partir de iniciativas populares, como o associativismo e cooperativismo, baseados nos princípios da economia solidária, a participação das mulheres e uma possível igualdade de gênero têm surgido, possibilitando uma nova configuração social e do trabalho, bem como a defesa de direitos sociais, valorização do trabalho, horizontalidade do diálogo e das ações, além da emancipação das mulheres, especialmente no cotidiano familiar (RAMOS, 2011).

Este estudo visa investigar um empreendimento solidário, especificamente, a Associação Mãos que Brilham, idealizada a partir de um projeto de pesquisa realizado por alunos e professores da Universidade Federal de Ouro Preto, formada pela união de mulheres residentes no distrito de Antônio Pereira - Ouro Preto – MG, essa associação produz material de limpeza e sabão a partir do óleo de cozinha usado, como nova forma de organização do trabalho e inserção na sociedade, proporcionando aumento da autoestima e da qualidade de vida das mulheres integrantes e de suas famílias.

Diante disso, foi desenvolvido o seguinte objetivo geral: Identificar os benefícios provenientes da inclusão financeira e social no cotidiano das associadas.

Para melhor identificação dos benefícios provenientes da inclusão financeira e social no cotidiano das associadas, o objetivo geral desta pesquisa foi desmembrado, resultando os seguintes objetivos específicos: Identificar o perfil socioeconômico das associadas; investigar a utilização de instrumentos financeiros pelas associadas; verificar a existência de resistência quanto à inclusão financeira; explicitar formas conscientes de utilização de produtos financeiros mais comuns.

A justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa se reporta à identificação dos benefícios provenientes da inclusão financeira na vida de mulheres pertencentes a uma associação produtora de material de limpeza.

Entende-se que a inclusão financeira possibilita, aos cidadãos de baixa renda, acesso a produtos financeiros (relacionados a pagamentos, concessão de crédito, poupança/investimento) e redução da escassez econômica.

Como pondera Mas (2009, p. 57), “as finanças são essenciais para ajudar as pessoas a escaparem de uma existência da-mão-para-a-boca”. Dessa forma entende-se que, ao oferecer serviços financeiros adequados à população de baixa renda, possibilita-se a esses cidadãos saírem do isolamento econômico e aumentarem suas oportunidades de inserção no mercado. Como pondera Weissbourd, existem três formas para tal acontecimento:

“(1) fortalecendo sua capacidade de receber e fazer pagamentos que não sejam em dinheiro; (2) provendo-lhes acesso à gama completa de produtos financeiros; e (3) ligando-as às redes e à informação necessária para a participação plena na economia formal (WEISSBOURD, 2002, p. 3).”

Além de possibilitar decisões financeiras mais conscientes, aquisição de produtos e serviços financeiros adequados, tende-se a promover melhoria na qualidade de vida e proporcionar conforto para suas famílias, além de segurança em termos de guarda de valores em espécie e conveniência em usufruir produtos e serviços financeiros.

Através da inclusão financeira, acredita-se que as associadas podem usufruir de instrumentos financeiros adequados à sua realidade econômica e social e conhecer formas para obter investimento para expansão da associação, agregando valor ao negócio.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico, pretende-se analisar os pontos que sustentam o estudo sobre inclusão financeira, sendo necessário introduzir os seguintes temas relacionados: distribuição de renda, economia solidária e economia feminista.

2.1 Distribuição de renda

O conceito distribuição de renda faz referência à forma como a receita obtida por um país ou região é distribuída entre sua população local. Portanto, quando se pretende fazer um estudo socioeconômico de indivíduos que compõem uma sociedade, justifica-se considerar a distribuição de renda.

Conforme documentado por Hoffmann (2010), o estudo sobre distribuição de renda no Brasil é feito a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), produzida anualmente pelo IBGE, que tem como unidade básica de investigação o domicílio e permite analisar os fatos do ponto de vista das pessoas, famílias ou domicílios, conhecida como distribuição pessoal da renda (DPR). Tem-se, também, uma alternativa para complementar a análise desse elemento, que pode ser realizada através da distribuição funcional da renda (DFR), referente à forma como é repartida a renda gerada no processo produtivo pelos recursos utilizados na produção.

Para fins de complementação da análise da diretrizes para elaboração da mesma seguem recomendações e práticas internacionais referentes a pesquisas similares.

A Pesquisa de Orçamentos Familiares é realizada por amostragem que, por sua vez, possui como unidade básica de investigação, o consumo das famílias, sendo analisados os domicílios particulares permanentes. Através dessa pesquisa obtêm-se informações gerais sobre domicílios, famílias e pessoas; hábitos de consumo; despesas; e recebimentos.

Portanto, paralelo à análise da distribuição de renda em uma comunidade, pode-se analisar a tendência de consumo dos indivíduos que compõem uma sociedade, tendo em vista a sua renda mensal (Leite, 2015).

Segundo Keynes (1982) para um determinado nível de renda é definido um nível de consumo que se mostra relativamente estável em curto prazo.

A fim de investigar como a renda pode influenciar na propensão a consumir dos indivíduos, pode-se citar a clássica teoria de Keynes:

O montante que a comunidade gasta em consumo depende, evidentemente: i) em parte do montante da sua renda; (ii) em parte, de outras circunstâncias objetivas que o acompanham; e (iii), em parte, das necessidades subjetivas. (...) Uma análise histórica ou uma comparação entre dois sistemas sociais de tipos diferentes deverá necessariamente levar em conta a maneira pela qual as mudanças nos fatores subjetivos podem afetar a propensão a consumir (KEYNES, 1982, p.84).

Conforme analisado por Franco (2015), Keynes opta por listar seis como os principais fatores que influenciam a propensão a consumir: 1) Uma variação na unidade de salário; 2) uma variação na diferença entre renda e renda líquida; 3) variações imprevistas nos valores de capital não considerados no cálculo da renda líquida; 4) variações na taxa intertemporal de desconto, isto é, na relação de troca entre bens presentes e bens futuros; 5) variações na política fiscal; 6) Modificação nas expectativas acerca da relação entre os níveis presentes e futuros de renda.

Dedecca (2012) fez uma análise que visa explorar o aumento da desigualdade econômica, a partir das distribuições de renda nos países desenvolvidos, especificadamente, nos Estados Unidos. Desse modo, observou-se que a desigualdade na distribuição de renda está presente em países de regime capitalista, sejam eles desenvolvidos ou subdesenvolvidos, e que existe uma tendência nos países desenvolvidos para baixa na representatividade da renda na forma de salário, pois as mudanças ocorridas no mercado de trabalho proporcionaram formas para que a obtenção de renda não salarial fosse reforçada.

Verifica-se que uma das características dos países capitalistas refere-se à grande desigualdade na distribuição de renda, consequência da concentração da propriedade produtora de renda em mãos de uma pequena parcela da população total.

Nos últimos anos, pesquisadores têm se dedicado a estudos voltados para análise da distribuição de renda no Brasil, a fim de evidenciar quais fatores contribuem para minimizar a desigualdade.

Segundo estudos realizados por Barros et al. (2006), destacam-se cinco determinantes que contribuem para redução da desigualdade de renda: (a) características demográficas das famílias; (b) transferências de renda; (c) remuneração de ativos; (d) acesso a trabalho, desemprego e participação no mercado de trabalho; e (e) distribuição dos rendimentos do trabalho, sendo que esse último aspecto envolve inúmeros fatores, dentre os quais se sobressaem o papel da escolaridade, da experiência dos trabalhadores, da discriminação por raça e gênero e das diferentes formas de segmentação do mercado de trabalho.

Comprova-se que em comunidades carentes, quando ocorre incentivo para a geração de emprego e renda, à medida em que a renda aumenta, a propensão a consumir é maior, ou seja, uma variação na renda afetará proporcionalmente o consumo. Quanto menor é a propensão a consumir, maior a dependência do investimento a que se sujeita a economia para a manutenção de um alto nível de emprego e renda.

Conforme pesquisa realizada por Abreu *et al.* (2014), a fim de analisar o consumo de famílias de baixa renda, no Rio de Janeiro, tendo como base de dados a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POFs, de 2002/2003 e de 2008/2009, no último período, houve migração de famílias de baixa renda para outros segmentos. Baseando-se em estudos para análise de grupamentos, conduzidos por autores como Silva e Parente (2007), Castilhos e Rossi (2009) e Nogami, Vieira e Medeiros (2012), os quais definiram em seus trabalhos características para os segmentos da população de baixa renda, evidenciou-se que, nos últimos anos, ocorreram melhorias nas condições de vida das famílias, que permitiram que as mesmas migrassem de segmento, comprovando que o aumento no padrão de consumo das famílias proporciona melhorias na qualidade de vida, pois nos períodos analisados, a maior parte do orçamento estava comprometida com alimentação e habitação.

Acredita-se que a mudança no padrão de consumo foi influenciada por fatores macroeconômicos e sociais tais como: elevação da renda gerada pelo aumento real do salário

mínimo, crescimento da oferta de crédito, programas sociais oferecidos pelo governo federal e aumento e melhora do nível de emprego, sendo, provavelmente, este último o principal fator da melhoria apresentada.

2.2 Economia Solidária

Baseando-se em estudos sobre economia solidária, pode-se conceituar a mesma como qualquer atividade econômica, autogerida por seus trabalhadores de forma solidária e cooperativa, que proporciona viabilidade econômica.

Conforme relatado por Coelho e Godoy (2011), nos anos de 1990 a economia solidária nasceu no Brasil como um movimento pela inclusão no mercado de trabalho, estando diretamente ligada ao contexto de crise econômica, exclusão social, desemprego, marginalidade, precarização e informalidade.

Vive-se hoje no Brasil, uma conjuntura onde experiências associativas e autogestionárias instruídas pelos princípios de democratização e da equidade tem se tornando comum, como meios de contornar crises econômicas. Estas experiências podem ser vistas como empreendimentos econômicos que obtiveram êxito na busca pela inclusão social dos trabalhadores das mesmas e que tiveram dentre suas principais motivações a força de suas convicções (SILVA, 2004 *apud* REIS, 2010, p.2).

Quando ocorre a escassez de postos de trabalho, tem-se como resultado a geração de desemprego ou emprego informal e, paralelamente, pobreza e subdesenvolvimento. Esse problema ocorreu em grande intensidade no Brasil e, também, em toda a América Latina, em muitos momentos do século passado e ainda hoje é visto como um problema real em muitas regiões do país. (SILVA, 2006).

As principais formas da economia solidária são: as cooperativas, as mutualidades e as associações. (COELHO e GODOY, 2011).

As atividades produtivas são baseadas nos seguintes princípios: adesão livre, democracia interna, lucratividade limitada (reinvestimento dos excedentes na ação social e não lucratividade individual dos associados), respeito e solidariedade (WAUTIER, 2004, p.65).

São considerados princípios da economia solidária:

- a valorização social do trabalho humano;
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade

tecnológica e da atividade econômica;

- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza;
- os valores da cooperação e da solidariedade. A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida.
- O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

- A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

- A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.

- Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

- A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. (FBES, 2006, p. 78-79)

Quando analisados os objetivos da economia solidária, pode-se evidenciar que a mesma visa geração de trabalho e renda, aliada à inclusão social e ao desenvolvimento socioeconômico.

A economia solidária tem se tornado um importante mecanismo de inclusão social dos trabalhadores, que, à mercê do mercado se vêem muitas vezes marginalizados pela sociedade. Participando de cooperativas e associações, estes trabalhadores têm a oportunidade de obter apoio maior de órgãos públicos, têm maior poder de negociação com os compradores de seus produtos, além de gerir um empreendimento que é de sua propriedade, sem hierarquias ou explorações. (REIS, 2010, p.1).

A organização coletiva do trabalho nasce da reflexão sobre o funcionamento estrutural do capitalismo e seus impactos no contexto social, uma busca por alternativas que proporcionam inclusão (COELHO e GODOY, 2011).

As conjunturas de crises são as que mais dificultam a organização dos trabalhadores – especialmente a organização operária – devido à maior precariedade das condições de vida, de trabalho, ao aumento da concorrência por vagas de emprego, ao rebaixamento salarial e ao crescimento do desemprego e desregulamentação das relações de trabalho. Ela é acompanhada de ampla investida ideológica por parte do capital e do Estado voltada à cooptação dos trabalhadores, agora travestidos em parceiros, solidários aos projetos do grande capital e do Estado. Contraditoriamente, é também nos contextos de crise que a organização dos trabalhadores em defesa de seus interesses e necessidades é ainda mais indispensável, o que requer um intenso trabalho político por parte das entidades representativas dos trabalhadores – partidos, sindicatos, associações – que se mantiveram fiéis às suas bases de representação. (IAMAMOTO, 2014, p.333).

No contexto vivenciado atualmente, em que as relações de ocupação e emprego estão em constante mudança devido à instabilidade econômica e precariedade nas políticas sociais, observa-se que uma parcela da sociedade não consegue se relocar e se especializar da forma como gostaria para atender às exigências do mercado. Essa condição promove a exclusão de indivíduos que se tornam desfavorecidos para a atividade comercial, esses cidadãos, ao se verem impossibilitados de garantir o seu sustento, acabam se submetendo a condições insultuosas: baixa remuneração, longas jornadas, desamparo legal e instabilidade (COELHO e GODOY, 2011).

No atual cenário, as associações e cooperativas de economia solidária, além de propiciar a geração de renda, possibilitam uma maior autonomia, autoestima e participação democrática dos associados (as), afinal, são pré-requisitos fundamentais da economia solidária. Além disso, as organizações solidárias possibilitam colocar em prática projetos adequados às suas vivências e experiências, ou seja, priorizam o cotidiano e o contexto dos trabalhadores e trabalhadoras. (OLIVEIRA, 2008; RAMOS 2011 *apud* ALMEIDA 2015).

Como se pode evidenciar, a economia solidária surge como alternativa ao desenvolvimento social, permitindo que trabalhadores marginalizados sejam inseridos no mercado de trabalho, através de atividades empreendedoras, pautadas no respeito, solidariedade, cooperação, preservação ambiental e proteção dos direitos humanos, e sejam capazes de consumir produtos e serviços disponíveis à sua realidade socioeconômica.

2.3 Economia Feminista

A análise da participação das mulheres no mercado de trabalho tem sido objeto de uma grande produção teórica e empírica. Também é importante a situação socioeconômica que as

mulheres têm vivido nas últimas décadas: frente a uma crise econômica generalizada (ao menos durante alguns períodos), continua aumentando a participação feminina no mercado de trabalho. De fato as mulheres são em muitos países o único setor de população que aumenta sua atividade durante a recessão (CARRASCO, 2005).

Como apresentado por Inácio (2012), o estudo sobre economia feminista é recente. Essa temática teve início no século XIX, mesma época em que surgiu a primeira onda do feminismo, sendo originada a partir do estudo da economia predominante e diretamente relacionada à divisão sexual do trabalho. A abordagem consiste em criticar a ausência do reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados desenvolvidos pelas mulheres, bem como a desvalorização da força produtiva das mesmas, quando comparada às atividades desenvolvidas pelos homens.

No Brasil, os estudos sobre economia feminista tiveram início na década de 90, através dos trabalhos da Sempre Viva Organização Feminista (SOF) - organização não governamental feminista, que apresenta abordagens que visam transformação das relações desiguais de gênero pela ação individual e coletiva das mulheres; reflexão sobre as relações econômicas, a cultura patriarcal e a violência contra as mulheres; além de coordenar atividades educativas que abrangem o âmbito local, regional e da América Latina (INACIO, 2012).

O conceito de dona de casa improdutiva era um subproduto de uma nova definição de trabalho produtivo que valorizava a participação no mercado e desvalorizava o trabalho não mercantil, atividade central na vida de muitas mulheres. A mudança na terminologia formalizou os pressupostos da economia política androcêntrica (FOLBRE 1991 *apud* CARRASCO 2005).

A economia feminista entende como trabalho reprodutivo todo aquele que é voltado para as atividades domésticas e para o cuidado com os familiares e não são remuneradas. Propõe-se que essas atividades sejam abordadas com a mesma relevância dispensada às atividades de produção e considerar as atividades reprodutivas como parte integrante da economia, pois a economia feminista alega que sem a existência dessas atividades, o mercado de trabalho não poderia funcionar. (FREITAS, 2007).

A divisão sexual do trabalho não tem efeito somente no emprego e na participação diferenciada de homens e mulheres no mercado, mas também afetam a forma como essas

relações se difundem na sociedade. A responsabilização da afetividade e do trabalho não remunerado para as mulheres se traduz na perpetuação das desigualdades de tratamento entre os gêneros (HIRATA 2001 *apud* ESTIVAL *et al*, 2016).

Como ponderado por Carrasco (1999), a economia atual tende a caracterizar o gênero feminino da seguinte forma: “as mulheres como pessoas com filhas (os), dependentes do marido ou do pai, donas de casa improdutivas e irracionais” (CARRASCO, 1999). Entende-se que a economia dominante supervaloriza o trabalho realizado por homens, em detrimento do trabalho produtivo feito por mulheres, assim como entende-se também que ao trabalho reprodutivo não é atribuído valor econômico.

Ao entrar no mercado de trabalho, a mulher pode exercer o trabalho produtivo, mas não está desobrigada do trabalho reprodutivo, sendo que a colaboração do homem nos serviços do lar ainda é considerada mínima ou até mesmo inexistente, não evoluindo na mesma proporção que a participação da mulher no mercado de trabalho. Sendo assim, o homem possui mais tempo livre para dedicar-se à economia formal, enquanto as mulheres, quando optam por trabalhar assalariadas, enfrentam a dupla jornada de trabalho, pois não são isentas dos cuidados domésticos. (MACHADO e GIL, 2016)

Isto torna as oportunidades das mulheres desiguais em relação às dos homens e faz com que haja mais pobreza e dependência financeira no gênero feminino.

Outro fator analisado é o relacionado ao âmbito da divisão sexual do trabalho. O fenômeno da bipolarização do trabalho feminino é observado, sendo que este ocorre quando mulheres de classe alta contratam mulheres com baixa renda para realizar o seu trabalho doméstico, para que seja possível sua dedicação excessiva ao trabalho produtivo, sendo essa uma estratégia para se equiparar aos homens. Porém a divisão sexual do trabalho e a desigualdade social não se eximem (HIRATA, 2013).

A economia feminista se relaciona também com a economia solidária, pois ambas se atentam para a organização do trabalho coletivo, baseado na autogestão, na cooperação e na solidariedade.

A economia solidária assim como a economia feminista, reconhece como parte integrante da organização do trabalho produtivo a confiança, a reciprocidade e a necessidade não só de recursos comerciais, mas também de recursos não monetários (CARRASCO, 2012).

Uma das propostas da economia feminista é ampliar o conceito de trabalho e compreender o trabalho realizado pelas mulheres na execução das atividades de reprodução. Isso permite considerá-lo em sua totalidade e em todas as suas esferas, além de contribuir para a igualdade das atividades e de quem as executa, avançando em direção à superação da divisão sexual do trabalho e das atividades consideradas legítimas de cada gênero (PINTO, 2006).

A economia feminista sugere avanços na igualdade de gênero, autonomia das relações trabalhistas e superação das relações de poder dos homens sobre as mulheres, lutando por mudanças estruturais na sociedade, na economia e na cultura.

2.4 Inclusão Financeira

A inclusão financeira pode ser definida como processo que proporciona aos cidadãos o uso de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo com sua qualidade de vida.

Estudos apontam que uma parcela significativa da população no Brasil não usufrui de serviços financeiros que proporcionam comodidade, inclusão e segurança.

Em 2011, o Banco Central realizou uma pesquisa, publicada nos Anais do III Fórum Banco do Central sobre Inclusão Financeira, na evidenciou-se que a classe C era responsável por 44,3% dos gastos dos brasileiros, enquanto as classes A e B juntas responderam por 39,9% e as classes D e E somaram 15,8%. Analisou-se que os “emergentes” evitam instituições financeiras tradicionais. Dos entrevistados, 73% declararam que preferem tomar crédito no varejo, em vez de fazê-lo em instituições financeiras. Apesar dos juros 5% maiores, 65% ainda preferem o varejo. Além disso, a classe C prefere o uso de correspondentes às dependências bancárias tradicionais. Analisa-se que essa preferência se dá porque, para os “emergentes”, as instituições bancárias: (i) são frias e impessoais; (ii) constroem; (iii) são complicadas, de difícil entendimento; (iv) são vantajosas apenas para quem tem dinheiro.

Demirguc-Kunt e Klapper (2012), afirmam que um país “financeiramente inclusivo” pode ser entendido como aquele cuja população adulta em geral tem amplo acesso a produtos

e serviços financeiros (aqueles relacionados a pagamentos, crédito, poupança/investimento ou gerenciamento de risco), sem barreiras de preço ou de outro tipo.

É possível compreender que para se promover a inclusão financeira em um país demanda esforço e comprometimento de vários segmentos da sociedade, entre eles o setor público e privado em parcerias com organismos internacionais. (RIF 2015).

No encontro de Cúpula do G20 ocorrido em Pittsburgh (USA), em setembro de 2009, os líderes governamentais comprometeram-se a aumentar o nível de inclusão financeira no mundo, a partir de modelos de sucesso no financiamento de pequenas e médias empresas, bem como de estudos que permitissem a identificação de lições aprendidas globalmente em abordagens inovadoras para a prestação de serviços financeiros aos mais pobres. (ITAMARATY, 2013 *apud* SILVA, MARISALVO, 2014).

O Grupo dos 20 (G20) é formado por ministros da economia e presidentes de bancos centrais dos países de economias mais desenvolvidas do mundo, juntamente com a União Europeia. Em 2010, o Banco Central do Brasil (BCB), juntamente com a Austrália, conceituou as atividades do subgrupo de Acesso por meio da Inovação – *Access Through Innovation Subgroup* (ATISG), sendo que os trabalhos resultaram na definição dos 9 (nove) Princípios do G-20 para Inclusão Financeira Inovadora, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Princípios para Inclusão Financeira.

PRINCÍPIOS	
1. Liderança	Cultivar amplo compromisso governamental pela inclusão financeira para ajudar no combate à pobreza.
2. Diversidade	Desenvolver políticas que promovam a competição e o fornecimento pelo mercado de ampla gama de serviços bancários.
3. Inovação	Promover a inovação tecnológica e institucional como meio de expandir o acesso e o uso do sistema financeiro, inclusive melhorando a infraestrutura disponível.
4. Proteção	Praticar a proteção ao consumidor sob perspectiva ampla, levando em conta as responsabilidades do governo, dos prestadores de serviços financeiros e dos consumidores.

5. Capacitação	Desenvolver educação e capacitação financeira.
6. Cooperação	Desenvolver um ambiente institucional com claras definições de responsabilidade e de coordenação dentro do governo e também encorajar parcerias e consultas diretas entre governo, setor privado e outros interessados.
7. Conhecimento	Melhorar a coleta e o trabalho de dados para embasar a formulação de política, medir o progresso e desenvolver o aprendizado sobre o assunto.
8. Proporcionalidade	Praticar política e estrutura regulatória proporcional aos riscos envolvidos nesses novos serviços.
9. Estrutura	Considerar as seguintes sugestões para o sistema regulatório, levando em conta as especificidades de cada país: a) adoção de um regime apropriado de combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, que leve em consideração o risco real e que equilibre os benefícios da inclusão financeira com os riscos relacionados aos produtos e aos canais de acesso; b) estabelecimento de condições para o uso de agentes como intermediários entre instituições financeiras e o público; c) criação de um claro regime regulatório para o dinheiro eletrônico; d) desenvolvimento de incentivos baseados no mercado para promover ampla interoperabilidade e interconexões nas movimentações por meio eletrônico.

Fonte: *Global Partnership for Financial Inclusion* (2010).

O Banco Central do Brasil, através do Relatório de Inclusão Financeira (2012, p.18), considera que ainda existem os seguintes desafios a serem enfrentados no sentido de ampliar e melhorar o acesso da população a serviços financeiros no Brasil: Aumentar a adequação da oferta de serviços financeiros às necessidades da economia e da população; elevar o nível de educação financeira da população, combatendo o endividamento; fomentar a poupança popular; fortalecer os mecanismos de proteção aos usuários de serviços financeiros; fomentar o desenvolvimento sustentável do microcrédito produtivo; garantir a estabilidade e promover o aperfeiçoamento do modelo de correspondentes no país; aprofundar o conhecimento sobre a realidade brasileira em relação à inclusão financeira.

Diversos autores defendem que sem um sistema financeiro inclusivo eficiente, a população carente, que conta apenas com suas limitadas economias para investir em alimentação, saúde, educação ou tornarem-se empreendedores, fica constrangida a utilizar o sistema financeiro vigente e aproveitar as oportunidades ofertadas, que visam comodidade, segurança e conforto aos usuários.

- Melhorar a qualidade dos serviços financeiros oferecidos à população, garantindo oferta diversificada de produtos financeiros e que seja adequada à necessidade dos consumidores, a um custo baixo;
- Estimular o hábito da poupança, com o objetivo de formar reserva financeira;
- Promover a educação financeira para que os consumidores usem os serviços financeiros de maneira responsável e consciente dos seus riscos e custos, bem como alcancem equilíbrio orçamentário;

- Continuar o desenvolvimento do arcabouço regulatório para garantir a adequação dos serviços financeiros ao cidadão e a eficiência dos canais de distribuição, bem como a proteção de seus direitos;
- Estimular a maior transparência na oferta de serviços e produtos, de forma que o cidadão possa realizar uma correta avaliação das responsabilidades, dos encargos, dos benefícios e dos riscos envolvidos em uma operação;
- Promover a inovação da inclusão financeira por meio de novas tecnologias da informação e da comunicação;
- Prosseguir com a integração dos agentes públicos e privados, por meio do fortalecimento da Parceria Nacional para Inclusão Financeira (PNIF) na promoção da Cidadania Financeira;
- Garantir que o processo de inclusão financeira continue avançando de maneira sustentável, com qualidade, assegurando, ao mesmo tempo, a eficiência e a estabilidade do sistema financeiro nacional (RIF, 2015, p.152).

Como a decisão quanto à utilização ou não dos serviços é de cada indivíduo, para adquiri-los, a pessoa precisa ter conhecimento prévio sobre os recursos ofertados.

Outro fator a ser considerado refere-se ao fato de que a utilização de serviços financeiros deve ser sustentável, sendo necessário cautela para que não ocorra incentivo excessivo a utilização e consumo de bens e serviços, que por não serem adequados a realidade socioeconômica contribuam para o endividamento. Nesse sentido deve-se garantir equilíbrio à sociedade, ao ambiente, à economia, ao sistema financeiro e, individualmente, aos usuários, considerando-se que o conceito de sustentabilidade deve ser abordado nas esferas: econômica, social e ambiental.

3. METODOLOGIA

3.1 Classificação da Pesquisa

Para pesquisar, justifica-se a utilização de métodos adequados para investigação do problema abordado.

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (GAIO, CARVALHO e SIMÕES, 2008, *apud* SÁ-SILVA *et al.*, 2015).

Conforme definição de Gil (1991), o estudo proposto nesse presente trabalho pode ser considerado uma pesquisa de cunho exploratório-descritiva de caráter qualitativo, pois propõe, a partir dos objetivos, expandir a visão do problema sob novas perspectivas e analisar as características do grupo a ser estudado.

3.2 Método de Pesquisa

Este trabalho possui como método de desenvolvimento um estudo de caso, tendo em vista a ampla abordagem do objeto Associação Mãos que Brilham.

Conforme definido por Yin (2015, p.17), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos.”

O método estudo de caso foi importante para descrever o contexto determinado pela investigação, permitindo explicar as variáveis causais. Partindo do pressuposto que a análise dos benefícios da inclusão financeira envolve outros fatores macro e microeconômicos através do estudo de caso esses fatores puderam ser abordados dentro do contexto da pesquisa.

3.3 Coleta de Dados

Em uma primeira etapa, foi realizada uma busca de informações através da combinação de uma ampla pesquisa em livros e artigos científicos sobre empreendimentos solidários e temas relacionados à distribuição de renda, economia solidária, economia feminista e inclusão financeira, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos no assunto, assim como estudar a formação da Associação Mãos que Brilham.

Em uma segunda etapa foram desenvolvidas as seguintes atividades:

a) Visitar as instalações da associação, visando um levantamento de dados sobre a mesma, para identificar o tipo de apoio recebido da comunidade ou do governo municipal, estadual ou federal, bem como obter informações sobre doações e aquisições de materiais e equipamentos;

b) Aplicar um questionário e entrevistar as associadas com para identificar o perfil socioeconômico das mesmas, analisar a utilização de instrumentos financeiros e verificar a existência de resistência quanto à inclusão financeira para que, após a investigação, seja possível explicitar formas conscientes de utilização de produtos financeiros;

c) Tabular e investigar os dados obtidos a partir da aplicação do questionário, utilizando o programa SPSS, que permite analisar dados quantitativos através de uma interface que proporciona melhor interpretação, mensuração e apresentação dos dados.

3.4 Caracterização da empresa

Descrição da Empresa

A organização estudada está instalada em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto – MG. Trata-se de uma associação produtora de material de limpeza, que nasceu a partir de um projeto idealizado por professores e alunos da UFOP, no ano de 2012, intitulado: “Desenvolvimento socioeconômico das mulheres de Antônio Pereira e educação ambiental – a organização da produção de sabão artesanal à base de óleo de cozinha usado”. O projeto foi premiado pela 15ª edição do Prêmio Santander Universidade Solidária. Teve como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico das mulheres de Antônio Pereira e a educação ambiental na região, por meio da organização da produção e comercialização de sabão artesanal, tendo como insumo básico óleo de cozinha, usado por famílias e empresas circunvizinhas. Também objetivou a geração de renda e o aumento da autoestima e da qualidade de vida das mulheres participantes e de suas famílias.

A Associação em questão, nomeada Mãos que Brilham, com o valor recebido na premiação da 15ª edição do Prêmio Santander Universidade Solidária, adquiriu alguns equipamentos e matéria prima para iniciar a produção dos produtos de limpeza.

Em parceria com a UFOP, realizou-se capacitação profissional para a produção dos materiais de limpeza e, atualmente, há o acompanhamento técnico, que visa instruir as mulheres quanto à gestão e organização do trabalho na associação. Junto à Prefeitura Municipal de Ouro Preto, a Mãos que Brilham, conseguiu a doação de um terreno localizado no distrito, onde está sendo construída a sede da associação. Também se firmou uma parceria com as empresas Samarco Mineração S.A, que repassou um valor em dinheiro para ser investido em recursos para produção e comercialização dos produtos, e a mineradora Vale, que possibilitou a participação em exposições e a concorrência a uma premiação, pleiteada por meio do programa Valorizar, na categoria geração de emprego e renda.

A associação é composta somente por mulheres, sendo um total de 12 associadas que produzem sabão em barras, desinfetante, detergente, amaciante, sabão em pó, água sanitária, multiuso, sabão líquido, sabonete e xampu de carro, tendo a pretensão de produzir outros itens de limpeza e higiene pessoal.

A associação está em fase de formalização e, até o momento, possui CNPJ, cadastro para emitir nota fiscal eletrônica, contador e conta em banco. O alvará de funcionamento e a licença da ANVISA ainda não foram retirados.

Devido à sede da associação ainda estar sendo construída, os produtos são vendidos em um ponto comercial alugado, localizado no distrito de Antônio Pereira.

As associadas possuem faixa etária entre 30 a 68 anos e renda mensal média equivalente a 1 (um) salário mínimo. Têm baixa escolaridade, sendo, a maioria, donas de casa.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Associação Mãos que Brilham é considerada um empreendimento econômico solidário pioneiro na região dos Inconfidentes, em Minas Gerais, no que se refere à produção de material de limpeza.

Formada por 12 mulheres, a associação se enquadra na estimativa apresentada de que, no Brasil, do total de 1.423.631 pessoas associadas, 43,6% corresponde a associações que têm em sua maioria mulheres. Outro fato identificado é que, assim como na maioria das associações formadas no país, a mesma é composta por menos de 20 sócias, o que a coloca na estatística apresentada de que no Brasil a forma predominante de organização dos EES é o modelo de associação representando 60% dos Empreendimentos Econômicos Solidários no Brasil.

A análise dos estudos sobre distribuição de renda, economia solidária, economia feminista e inclusão financeira permite compreender os fundamentos para constituição da associação estudada e como esses pilares podem proporcionar um empoderamento das associadas como mulheres e como força produtiva da sociedade, além do potencial para contribuir com a geração de emprego e renda e conscientização ambiental na comunidade local.

Para fins de investigação do uso de instrumentos financeiros pelas associadas, foi aplicado um questionário para obter informações socioeconômicas. Das 12 associadas, 10 participaram da pesquisa, sendo essa a amostra a ser considerada.

Para identificar o perfil socioeconômico das associadas, observa-se, nos quadros a seguir, que 40% são mulheres solteiras, com grau de escolaridade até a 4º série do ensino fundamental; 70% afirmaram que, em suas residências, são as esposas responsáveis por decidir o orçamento familiar; e 50 % consideram saber algumas informações, mas não tudo, sobre instrumentos financeiros.

Tabela 1 - Estado civil x escolaridade

		ESCOLARIDADE				Total
		NÃO ESTUDOU	ATÉ 4 SÉRIE	EJA	ENSINO MÉDIO	
ESTADO CIVIL	SOLTEIRO	1	1	1	1	4
	CASADO	0	1	1	1	3
	SEPARADO	0	1	0	0	1
	VIUVO	0	2	0	0	2
Total		1	5	2	2	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 2– Quem decide orçamento familiar x escolaridade

		ESCOLARIDADE				Total
		NÃO ESTUDOU	ATÉ 4 SÉRIE	EJA	ENSINO MÉDIO	
QUEM DECIDE ORÇAMENTO FAMILIAR	ESPOSA	0	5	2	0	7
	PARENTES	1	0	0	2	3
Total		1	5	2	2	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 3 – Quem decide orçamento familiar x quanto sabe sobre investimentos financeiros

		QUANTO SABE SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Total
		NÃO SABE NADA	SABE POUCO	SABE ALGUMAS INFORMAÇÕES MAS NÃO TUDO	
QUEM DECIDE ORÇAMENTO FAMILIAR	ESPOSA	2	1	4	7
	PARENTES	1	1	1	3
Total		3	2	5	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Para fins de investigação do uso de instrumentos financeiros pelas associadas, a partir dos dados extraídos dos questionários, pode-se verificar que 60% possui conta bancária e que o principal motivo para abertura é o fato de considerarem o banco um local seguro para guarda dos valores; 50% possui cartão de crédito; e 70% considera que o uso do mesmo facilita as compras. Quanto à utilização de empréstimos/financiamento, 50% alegou que já pagou ou pagam parcelas referentes a esses serviços e que 90% passou a se interessar em aprender a lidar melhor com o dinheiro.

Tabela 4 – Possui cartão de crédito x acredita que o cartão de crédito facilita as compras.

		ACREDITA QUE O CARTÃO DE CRÉDITO FACILITA AS COMPRAS		Total
		SIM	NÃO	
POSSUI CARTÃO DE CRÉDITO	SIM	3	2	5
	NAO	4	1	5
Total		7	3	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 5 – Já pagou ou paga parcelas de financiamento e empréstimos x passou a se interessar em aprender lidar melhor com dinheiro.

		PASSOU A SE INTERESSAR EM APRENDER LIDAR MELHOR COM DINHEIRO		Total
		SIM	NAO	
JÁ PAGOU OU PAGA PARCELAS DE FINANCIAMENTO E EMPRÉSTIMOS	SIM	4	1	5
	NÃO	5	0	5
Total		9	1	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Para análise quanto à resistência à inclusão financeira, constatou-se que 90% confiam nos bancos para guardar o dinheiro e 80% consideram que pessoas idosas têm menos confiança nos bancos. Quanto à realização de compras pela internet, 80% ainda não utilizou essa opção disponível, porém 30% considera que é seguro comprar pela internet e 30% considera que, dependendo, a compra pela internet é segura. Quanto à utilização do caixa eletrônico, 70% precisa de ajuda para utilizá-lo, mas 70% também gostariam de aprender a utilizá-lo sem ajuda de outros.

Tabela 6 – Confia nos bancos para guardar dinheiro com segurança x acredita que pessoas idosas têm menos confiança nos bancos.

		ACREDITA QUE PESSOAS IDOSAS TEM MENOS CONFIANÇA NOS BANCOS		Total
		SIM	NÃO	
CONFIA NOS BANCOS PARA GUARDAR DINHEIRO COM SEGURANÇA	SIM	7	1	8
	NÃO	2	0	2
Total		9	1	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 7 – Já fez compras pela internet x considera seguro comprar pela internet.

		CONSIDERA SEGURO COMPRAR PELA INTERNET			Total
		SIM	NAO	DEPENDE	
JÁ FEZ COMPRAS PELA INTERNET	SIM	1	0	1	2
	NÃO	2	4	2	8
Total		3	4	3	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 8 – Gostaria de aprender utilizar o caixa eletrônico x precisa de ajuda para usar caixa eletrônico.

		PRECISA DE AJUDA PARA USAR CAIXA ELETRÔNICO		Total
		SIM	NÃO	
GOSTARIA DE APRENDER UTILIZAR O CAIXA ELETRÔNICO	SIM	5	2	7
	NÃO	1	1	2
	JÁ UTILIZA SOZINHO	1	0	1
Total		7	3	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Dessa forma, pode-se inferir que, entre as associadas, não existe resistência quanto à inclusão financeira, pois a maioria afirma confiar nos bancos para guardar o dinheiro e os considera seguros. Além disso, também fazem uso de instrumentos como cartão de crédito e caixa eletrônico, empréstimos, realizam pagamentos e possuem conta bancária.

Comprova-se que as respostas obtidas pelas associadas se diferem das declarações encontradas na pesquisa realizada pelo Banco Central, em 2011, publicada nos Anais do III Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, que constatou que os “emergentes” evitam as instituições financeiras tradicionais, além de considerar as instituições bancárias frias e impessoais, que constroem, são complicadas, de difícil entendimento, sendo vantajosas apenas para quem tem dinheiro.

Observa-se que existe nas associadas o desejo em obter maior conhecimento sobre como lidar com as finanças e usufruir com comodidade dos recursos disponíveis. 90% afirma que são responsáveis por realizar os pagamentos das contas em suas residências, sendo que a maioria prefere pagar em dinheiro ao invés de eletronicamente, considerando ser essa forma

mais prática. Podemos inferir que caso elas conseguissem utilizar o caixa eletrônico sem ajuda de outros e soubessem fazer transferências pela internet, teriam mais comodidade e eficiência nos pagamentos.

Sobre instrumentos financeiros, 50% considera que sabe algumas informações, mas não tudo. Portanto, a partir dessa informação, observa-se que é necessário maior explicação sobre formas de utilizar os instrumentos financeiros, mas que uma parcela significativa compreende do que se trata. Outro fato a ser observado é que a maioria das mulheres recebeu salário nos últimos meses como pensionista ou trabalhando por conta própria. Dessa forma, pode-se verificar a importância do papel do Estado na economia dessas mulheres e como as mesmas estão à margem do mercado de trabalho, valendo-se do trabalho alternativo como fonte de renda.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse estudo de caso, consegue-se compreender que os cidadãos, ao se encontrarem inseridos em um contexto social de baixa renda, quando ocorrem estímulos à geração de emprego e renda, elevam o consumo, ou seja, uma variação na renda afeta proporcionalmente o consumo das famílias. No entanto, o aumento no consumo proveniente das associadas, não foi objeto desse estudo, mas pode ser considerado como fato a ser posteriormente investigado, a fim de comprovar a eficácia da teoria na comunidade local.

Evidencia-se que no âmbito das relações trabalhistas acerca da divisão sexual do trabalho, as mulheres ainda sofrem discriminação e desvalorização no mercado de trabalho (BONUMÁ 2015).

Conforme apresentado no segundo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, as motivações mais comuns para constituição de empreendimentos solidários são: obter uma fonte complementar à renda da família; alternativa ao desemprego; obter maiores ganhos com um empreendimento coletivo; estar em uma atividade em que todos são donos; e auxiliar no desenvolvimento comunitário. Como comprovado através da pesquisa realizada na associação, o perfil socioeconômico das associadas enquadra-as em uma situação de desvantagem no mercado de trabalho.

Dessa forma, os EES tornam-se uma alternativa aliada aos interesses das mulheres que se vêem à mercê do mercado de trabalho, devido a sua baixa qualificação profissional, faixa etária e o fato de não conseguirem conciliar a atividade laborativa com a atividade doméstica.

Nas associações, as atividades produtivas são pautadas nos princípios da solidariedade, cooperação, preservação ambiental e proteção dos direitos humanos que são, também, considerados princípios da economia solidária.

Acerca da divisão sexual do trabalho, a economia feminista permite que as mulheres tenham uma nova visão da sua força produtiva, trazendo à tona a discussão sobre o fato de as atividades de reprodução (atividades domésticas e de cuidado com os familiares) não serem consideradas integrantes da economia, propondo ampliar o conceito de trabalho. Permite, além disso, considerar que o trabalho realizado pelas mulheres na execução das atividades de reprodução seja reconhecido em sua plenitude, contribuindo para formas igualitárias de trabalho, a fim de prosseguir rumo à superação das atividades consideradas legítimas de cada gênero.

A inclusão financeira, por sua vez, favorece o uso de serviços financeiros adequados à realidade socioeconômica dos indivíduos, garantindo comodidade, segurança nas transações, facilidade de acesso, oportunidades de crédito e investimento, sempre fundamentado nos princípios que permitem a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Dessa forma, considera-se válido apresentar para as associadas as formas mais conscientes delas utilizarem os instrumentos financeiros tanto para uso no âmbito familiar, quanto para as atividades exercidas na associação.

As mulheres da associação Mãos que Brilham, desde 2012, são acompanhadas por alunos e professores da UFOP, que fornecem capacitação técnica e de gestão organizacional, explicitando estratégias efetivas e assertivas para o crescimento e expansão dos resultados da organização. Foi evidenciado que essas mulheres já evoluíram em relação à forma de trabalhar coletivamente, para assim, atingir resultados que estejam atrelados ao comprometimento de todas. Porém, foi identificado, através de uma entrevista, realizada com as associadas, juntamente com os professores e alunos envolvidos no projeto, que as mesmas precisam aprender a ser mais autônomas, pois estão muito dependentes do apoio da UFOP no sentido de realizar a gestão administrativa da associação, por insegurança e por apresentarem dificuldade em comprar os insumos, organizar a documentação, montar a composição de

preço e utilizar com mais frequência às estratégias de marketing, assim como administrar as finanças.

Durante esse tempo, as mulheres reconheceram que a associação pode ser uma aliada na geração de emprego e renda para a comunidade e que oferece melhoria na autoestima e valorização do trabalho feminino.

Pode-se observar nesse caso, o empoderamento das mulheres que antes se limitavam ao trabalho doméstico e agora se encontram atreladas a atividades voltadas para as relações comerciais, produzindo, comercializando e fazendo a gestão dos recursos disponíveis para fabricação de produtos de limpeza.

Verifica-se também que a educação ambiental foi disseminada desde o início da associação, atentando para novas formas de utilizar os recursos naturais e de reutilizar os produtos. Como foi relatado, o sabão é produzido com o óleo de cozinha usado, sendo que este é coletado no comércio e nas residências dos moradores da região.

A associação possui um enorme potencial, podendo ser campo de estudo para diversas áreas como: redes de sistemas organizacionais, gestão de pessoas, economia solidária, gestão de cooperativas, marketing, finanças entre outros estudos críticos.

Tendo em vista que o mercado de produtos de limpeza é amplo; que a associação possui aliados importantes como a comunidade local, a universidade, a prefeitura municipal e as mineradoras instaladas na região, que reconhecem a sua importância no distrito de Antônio Pereira como alternativa para geração de emprego e renda; e que pode proporcionar, conseqüentemente, o aumento do consumo pelas famílias participantes, justifica-se explicitar formas conscientes de utilização de produtos financeiros que beneficiem o aumento e melhoria na produção da associação para que sejam aliados à sua comodidade e favorecimento do seu bem-estar social.

Sugere-se que sejam desenvolvidos trabalhos/oficinas com as associadas com o objetivo de apresentar os produtos financeiros dos quais elas podem usufruir a partir da comprovação da renda familiar, como cartões de crédito, cheques, empréstimos/financiamento para construção ou aquisição de veículos e, além de apresentar os riscos envolvidos e benefícios provenientes, informá-las da existência de bancos e cooperativas de crédito que oferecem investimentos destinados à implantação, expansão e consolidação de

projetos ou programas realizados por associações. Dessa forma, o horizonte quanto à perpetuação da associação na comunidade local será ampliado.

Cabe ainda apresentar às envolvidas, as formas conscientes de utilizar os recursos tecnológicos como celular, computador, caixas eletrônicos, internet, e realização de compras em sites seguros, pois o uso dos mesmos proporciona comodidade e segurança, além de estarem atrelados aos princípios da inclusão financeira e social.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. G.; HOR-MEYLL, L. F.; NOGUEIRA, E. M. C. Consumo de Famílias de Baixa Renda no Rio de Janeiro: **Um Estudo de Segmentação Baseada no Orçamento Familiar**. Revista ADM. MADE, v. 18, n. 3, p. 19-39, 2014.

ALMEIDA, Isabela Santos et al. **Trabalho cooperativo rural como uma forma de empoderamento de mulheres: o caso da Associação das Colônias, Castro, Paraná, Brasil**. In: IX Congresso RULESCOOP (La Plata, 2015), 2015.

BC. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Inclusão Financeira**, n. 2. Brasília, DF: 2011.

BB. BANCO DO BRASIL. (2013). **Sustentabilidade: O que é DRS**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page3,8305,8369,0,0,1,6.bb>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

_____. (2013a). **Sustentabilidade: Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS**. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page3,8305,8368,0,0,1,6.bb?codigoMenu=15244&codigoNoticia=28552&codigoRet=15306&bread=1>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

_____. (2013b). **Relatório Anual 2011**. Estratégia Negocial Desenvolvimento Regional Sustentável. Disponível em: <<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2011/port/index.htm>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

_____. (2014). **Relatório Anual 2013**. Desempenho Sustentável. Disponível em: <<http://www45.bb.com.br/docs/ri/ra2013/port/ra/11.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL (2010). **Diagnóstico do Sistema de Pagamentos de Varejo do Brasil – Adendo Estatístico – 2009**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/SPB/Diagnostico-Adendo-2009.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. (2011). **Relatório de Inclusão Financeira**. n.2. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Nor/relinclin/RIF2011.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

_____. (2012). **Parceria Nacional para Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/nor/relinclin/Plano_de_Acao_PNIF.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BNB. BANCO DO NORDESTE.(2013). **Relatório Anual Crediamigo 2011**. Disponível em: <http://www.banconordeste.gov.br/content/aplicacao/produtos_e_servicos/crediamigo/docs/relatorio_2011_portugues.pdf> Acesso em: 18 mar. 2016.

_____. (2014). **Crediamigo – Resultados**. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/Resultados.asp>. Acesso em: 18 mar. 2016.

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N., ULYSSEA, G. Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. In: BARROS, R.P., FOGUEL, M. N., ULYSSEA, G. (org). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, Nota técnica. 2006. v.1.

BASTOS, E. K. X. **Distribuição funcional da renda no Brasil: estimativas anuais e construção de uma série trimestral**. Texto para discussão, nº 1072. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

BONUMÁ, Helena Gomes. **As mulheres e a economia solidária: a resistência no cotidiano tecendo uma vida melhor**. 2015.

CARRASCO, Cristina. **Introdução: Para uma economia feminista**. SOS-Sempreviva Organização Feminista, 2005.

CARRASCO, Cristina (ed.): **Mujeres y Economía. Nuevas perspectivas para viejos problemas**. Barcelona: Icaria, 1999.

CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres** - São Paulo: SOF, 2012.

COELHO, Diego Bonaldo and GODOY, Arilda Schmidt. **De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários**. Rev. Adm. Pública [online]. 2011, vol.45, n.3, pp. 721-749. ISSN 0034-7612.

DEDECCA, Claudio Salvadori. **Os países desenvolvidos e a desigualdade econômica**. Econ. soc., Campinas, v. 21, n. 3, p. 449-484, dez. 2012.

DEMIRGUC-KUNT, A.; KLAPPER, L. **Measuring financial inclusion – the Global Findex Database**. The world bank, development research group, finance and private sector development team. Policy Research Working Paper 6025, abr. 2012

ESTIVAL, Katianny Gomes Santana; CORRÊA, Solange Rodrigues Santos; BENINI, Elcio Gustavo. **As políticas públicas para as mulheres do campo e da floresta no Brasil: um olhar a partir da perspectiva da economia feminista e do empoderamento**. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a17v38n01/a17v38n01p07.pdf>> Acesso em: 10 fev.2016.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Disponível em: <<http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 10 fev.2016.

FRANCO, Eduardo Evandro. **Ciclos econômicos: a escola austríaca como alternativa à teoria keynesiana**. 2015.

FREITAS, Taís Viudes de. **O cenário atual da divisão sexual do trabalho.** In: SILVEIRA, Maria Lúcia. **Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado.** São Paulo: Sof, 2007. p. 9-59.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GPFI (2010). **Global Partnership for Financial Inclusion. Innovative Financial Inclusion. Principles and Report on Innovative Financial Inclusion from the Access through Innovation Sub-Group of the G20 Financial Inclusion Experts Group.** Disponível em: <http://www.gpfi.org/sites/default/files/documents/Principles%20and%20Report%20on%20Innovative%20Financial%20Inclusion_0.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2016.

HIRATA, Helena. **Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais.** 2010. *XI Conferencia Regional Sobre la Mujer de America Latina y El Caribe.* Disponível em: <http://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/2/38882/ponenciacompleta_helenahirata.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **Emprego, responsabilidades familiares y obstáculos socio-culturales.** In: *América Latina en Movimiento: Feminismo Popular para Cambiar el Mundo.* Quito: Alai, v. 489, n. 10, 2013. Mensal

HOFFMANN, Rodolfo et al. **Desigualdade da renda e das despesas per capita no Brasil, em 2002-2003 e 2008-2009, e avaliação do grau de progressividade ou regressividade de parcelas da renda familiar.** *Economia e sociedade*, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/10.pdf>>>. Acesso em 19 mar.2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais.** *Revista Ser Social*, v. 15, n. 33, p. 326-342, 2014.

INÁCIO, A. . **Introdução à economia feminista: Reflexões em torno de uma nova crítica à economia capitalista e patriarcal** 2012 (Artigo). Disponível em: <<http://cirandas.net/fbes/artigos-e-reflexoes/introducao-a-economia-feminista-reflexoes-em-torno-de-uma-critica-a-economia-capitalista-e-patriarcal>>. Acesso em 05 Fev.2016.

KEYNES, John M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda.** 1ª ed. São Paulo: Atlas, 1982.

LEITE, Fabrício Pitombo. **Como o grau de desigualdade afeta a propensão marginal a consumir? Distribuição de renda e consumo das famílias no Brasil a partir dos dados das POF 2002-2003 e 2008-2009.** *Economia e Sociedade*, v. 24, n. 3, p. 617-650, 2015.

MAS, I. **The economics of branchless banking.** *Innovations*, v. 4, n. 2, p. 57-75, Spring, 2009. Disponível em: <<http://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/itgg.2009.4.2.57>> Acesso em: 20 mar. 2016.

MACHADO, Rita de Cassia Fraga; GIL, Vanessa. **ECONOMIA FEMINISTA: DESVALORIZAÇÃO, TRABALHO DOMÉSTICO E DESIGUALDADE**. *Historiæ*, v. 7, n. 1, p. 96-112, 2016.

PINTO, João Roberto Lopes. **Economia solidária: de volta à arte da associação**. Ufrgs Editora, 2006.

RAMOS, Alyson. **Mulheres na economia solidária: uma alternativa de inserção social ao mercado de trabalho**. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Agosto 2011. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307736226_ARQUIVO_TrabalhoCompletoCONLAB.pdf. Acesso em: 09 mar. 2016.

REIS, Leonardo Ferreira. **Estudo dobre uma associação de catadores de material reciclável de Ouro Preto, Minas Gerais**. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2010_tn_sto_123_796_15220.pdf. Acesso em: 09 mar. 2015.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; DE ALMEIDA, Cristóvão Domingos; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 1, n. 1, 2015.

SECRETARIA EXECUTIVA DO FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **A trajetória do movimento da economia solidária no Brasil: do fórum social mundial (FSM) ao fórum brasileiro da economia solidária (fbes)**. In: FRANÇA, Genauto Carvalho de Filho *et al.* **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 75-87.

SILVA JÚNIOR, J.T. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da Asmoconp/Banco Palmas**. 2004. 99 f. Dissertação (mestrado em administração) — Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. Disponível em: <http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/gestao-fato-associativo-economia-solidaria-experiencia-asmoconp-banco-palmas>. Acesso em: 07 abr. 2016

SILVA, MARISALVO. **Inclusão financeira e crescimento sustentável no contexto brasileiro**. *Gestão e Saúde*, v. 4, n. 3, p. pag. 3514-3538, 2014.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: apontamentos iniciais para o debate**. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3757/1/bmt57_novosdados.pdf. Acesso em: 07 abr. 2016

SILVA, G.M.; SOUZA NETO, B.; ABREU, J.C.; CORTZ, F.P. **Empreendedorismo no terceiro setor: redes sociais e cadeias produtivas de material reciclável**. Revista da Micro e Pequena Empresa. Campo Limpo Paulista, v.2, n.3, p.80-94, 2009. Disponível em:

<http://www.faccamp.br/revistampe/Publicacoes/6_edicao/artigo6_formatado.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2016

SILVA, S.P. **Trabalho coletivo e geração de renda em empreendimentos de economia solidária**. Viçosa: UFV, 2006. 66 p. (monografia) Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=743&Itemid=1>. Acesso em: 05 fev. 2016

WAUTIER, A. MTGE. **As relações de trabalho nas organizações de economia solidária: um paralelo Brasil-França. 2004**. 2004. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Porto Alegre. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3109/1/FPF_PTPF_17_0048.pdf>. Acesso em 04 fev. 2016.

WEISSBOURD, R. ***Banking on technology: expanding financial markets and economic opportunity***. Report for The Brookings Institution Center on Urban and Metropolitan Policy, jun. 2002.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e Métodos**. Bookman editora, 2015.